



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 13, v. 1 mai.-ago.2020
p. 25-43.

“Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?”: entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades

Isabela Venturoza de Oliveira¹

Fernanda Kalianny Martins Sousa²

RESUMO: Neste artigo, a partir de um ponto de vista feminista crítico negro e interseccional, teceremos algumas considerações sobre o impacto, as desconfiças e os questionamentos que surgiram quando duas mulheres se propuseram a ministrar um curso de férias intitulado Introdução aos Estudos de Masculinidades. A partir da descrição da turma, dos nossos objetivos enquanto docentes, da nossa localização enquanto pesquisadoras e sujeitos, abordaremos as noções que os(as) estudantes tinham quando se matricularam no curso ou quando faziam suas falas durante as aulas. Para tanto, começaremos nos localizando enquanto sujeitos e pesquisadoras, e os trabalhos que temos desenvolvido nos últimos cinco anos. Posteriormente, descreveremos os(as) estudantes e o que havia levado cada um até ali. Traçaremos, em seguida, uma breve retomada histórica dos estudos de masculinidades, explicando quais foram os caminhos que decidimos percorrer e como fizemos nossas escolhas de autores e autoras para compor o curso. Após analisar o exercício de escrita feito pelos(as) estudantes no último dia de aula, apresentaremos considerações que buscarão conectar os diferentes pontos abordados no decorrer do artigo. Como observações importantes a serem feitas, é crucial apontarmos o autoflagelo e a dificuldade que os(as) educandos(as) tinham quando precisavam falar de situações que entendiam não fazer parte de seus “lugares de fala”. Buscando não ignorar, mas tentando não esvaziar significativos debates contemporâneos sobre lugar de fala, representatividade e protagonismo, construiremos no artigo a necessidade de saída do autoflagelo, do congelamento dos debates e a importância de nos pautarmos por debates feitos dialogicamente e a partir de locais múltiplos.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Prática docente. Interseccionalidades. Relações de gênero.

Abstract: By utilizing a critical black and intersectional feminist point of view, this paper discusses the impact, suspicions and questions that arose when two women proposed to teach a summer course titled "Introduction to masculinity studies". Based on the class description, our goals as educators and our role as researchers and subjects, we address the students' perceptions when they enrolled in the course or when they spoke in the classroom. For such, we situated ourselves as subjects and researchers, and adopted the theoretical framework of the research

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e educadora em instituições de ensino superior privado e outros espaços de formação. E-mail: isabela.venturoza@yahoo.com.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), educadora em instituições superiores privadas e no ensino básico. E-mail: fernandakmsousa@gmail.com



project we have been developing over the past five years; secondly, we described the students and determined what had brought them there; we then traced a brief historical review of masculinity studies, explaining which paths we decided to take and how we chose the bibliography for the course; thirdly, we analyzed the writing exercises done by the students during the last day of course; lastly, we make some considerations that connect the various points covered during the article. The students deprecated themselves and had issues when they needed to talk about situations that they understood as not being part of their "places of speech". Seeking not to ignore such matters while not diminishing the importance of the contemporary debate about places of speech, representativeness and protagonism, we elaborate about the need to leave the self-deprecate, the freezing of debates and the importance of being guided by debates made dialogically and from multiple places of speech.

Keywords: Masculinities. Teaching practice. Intersectionality. Gender relations.

Resumen: Desde el punto de vista crítico feminista negro e interseccional, este artículo propone hacer algunas consideraciones sobre el impacto, las sospechas y las preguntas que surgieron cuando dos mujeres propusieron dictar un curso de vacaciones titulado "Introducción a los estudios de masculinidad". Según la descripción de la clase, nuestros objetivos como docentes y nuestra ubicación como investigadoras y sujetos, abordaremos las nociones que tenían los/las estudiantes cuando se inscribieron en el curso o cuando hablaron en clase. Con este fin, comenzaremos ubicándonos como sujetos e investigadoras, así como el trabajo que hemos desarrollado en los últimos cinco años. Más adelante, describiremos quiénes eran los estudiantes y qué los había llevado allí; Luego trazaremos una breve revisión histórica de los estudios sobre masculinidad, explicando cuáles fueron los caminos que decidimos tomar y cómo hicimos nuestras elecciones de autores para componer el curso. Después de analizar el ejercicio de escritura realizado por los/las estudiantes el último día de clase, haremos algunas consideraciones que intentarán conectar los diferentes puntos planteados durante el artículo. Como consideraciones importantes que deben hacerse, cabe señalar la autolesión y la dificultad que tuvieron los/las estudiantes cuando necesitaban hablar sobre situaciones que entendían que no formaban parte de sus "lugares de habla". Buscando no ignorarlas, pero tratando de no vaciar los debates contemporáneos significativos sobre el lugar de habla, la representatividad y el protagonismo, construiremos en el artículo la necesidad de abandonar la autoflagelación, congelar debates y la importancia de guiarse por debates realizados dialógicamente y desde múltiples lugares.

Palabras clave: Masculinidades. Práctica docente. Interseccionalidad. Relaciones de género.



Não é por nada, não, mas duas mulheres ministrando um curso sobre masculinidades? E o lugar de fala? Não tinha nenhum homem para dar esse curso? Se fossem dois homens falando sobre feminismo isso não seria aceito tão bem assim. (João³, em comentário publicado em uma rede social, 2020)

Eu não sabia que o curso seria ministrado por duas mulheres. Eu só vi o título, li a ementa e me matriculei. Quando cheguei aqui e vi vocês duas, pensei: “Nossa! Elas vão tirar nosso couro. Duas mulheres falando sobre o tema, não vai ficar bom para os homens, não”. (Pedro, em comentário realizado por um dos estudantes no último encontro do curso, 2020)

Eu esperava que vocês fossem mais duras e provocativas. Vi o curso, me matriculei e pensei: “Elas vão chegar lá e pegar pesado com a gente”. Mas não foi assim, né? A gente dialogou muito, fomos construindo as coisas juntos. Eu até senti um pouco a falta de ser mais sacudido, de ver uns conflitos surgindo entre os colegas, mas não teve isso. (Rafael, em comentário realizado por um dos estudantes no último encontro do curso, 2020)

Ah, eu cheguei na sala, fiquei olhando para os lados, achei que ia ser a única mulher. Fiquei meio com medo de ser só eu. Daí depois uma colega chegou, aí mais uma, fui ficando mais relaxada, mas eu fiquei bastante tensa no início. Eu nem esperava que tantos homens estivessem presentes, porque, nos outros cursos, a gente não contava muito com a presença deles, né? (Rebeca, em comentário realizado por uma das estudantes no último encontro do curso, 2020)

Você acha que esses homens estão aqui fazendo o curso por quê? Fiquei pensando, eu acho que eles vieram conferir o que as mulheres estão falando sobre eles, sabe? É, eu não sei, não. Homens querendo falar deles mesmos assim, de boa vontade? Engraçado, né? Eu falo e nem parece que eu também sou homem. Eu sou, você sabe, mas eu desconfio mesmo assim. (Leandro, em comentário feito por um dos estudantes em uma conversa privada, 2020)

Os comentários expostos, seja no espaço da internet, na sala de aula ou em conversa privada, estão todos relacionados às impressões, expectativas, desconfianças e surpresas que surgiram sobre o curso Introdução aos Estudos de Masculinidades. O curso de extensão foi oferecido por nós duas, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)⁴, em janeiro de 2020. Com duração de quinze horas, distribuídas em cinco dias, o curso foi pensado para abranger não apenas as pessoas que residem em São Paulo, mas também que estivessem passando as férias na cidade e tivessem interesse pela temática. Por ser um curso de férias, sua principal característica era que precisava ser breve. Acostumadas com cursos mais longos, de pelo menos 32 horas, os primeiros desafios enfrentados eram: tendo apenas esse tempo, como pensar em uma estrutura de curso que conseguisse trabalhar uma noção qualificada do que são os estudos de masculinidades? E como situar as produções feitas no Brasil levando em consideração sua multiplicidade?

³ Todos os nomes utilizados no texto são fictícios para assegurar o anonimato dos sujeitos, aos quais agradecemos pela contribuição para a redação deste artigo.

⁴ Agradecemos aos estudantes que têm participado de nossas ‘comunidades de aprendizado’ e pelas relações afetivas tecidas a partir delas, bem como à Flávia Ayres Loschi, coordenadora dos cursos de extensão da FESPSP, por sempre acolher com entusiasmo nossas propostas de ensino.



Antes de contar como buscamos responder aos desafios que estavam postos, entretanto, é importante situar o curso que será pensado no decorrer deste artigo, mas também nos situarmos como pesquisadoras. (HARAWAY, 1995) Primeiramente, é necessário dizer que temos ministrado cursos e formações, em diversos locais, desde nossa entrada na pós-graduação, principalmente nos últimos cinco anos. Nesse ínterim, oferecemos minicursos em encontros acadêmicos, cursos mais breves em unidades do Serviço Social do Comércio (Sesc), outros cursos de extensão na FESPSP, formações em organizações do terceiro setor e em escolas, palestras em espaços públicos e privados, e assim por diante. O exercício de ocupar esses espaços e de levar nossos temas de estudos para fora das universidades em que estamos localizadas se deu por um processo similar que atravessava nossas experiências enquanto doutorandas em universidades públicas, pois, ainda que ocupássemos o espaço de pós-graduandas, possuíamos um percurso acadêmico que se diferenciava bastante dos trajetos da maior parte dos colegas em universidades públicas, principalmente antes da implementação de ações afirmativas. Sentíamos-nos como *outsiders within*, isto é, ocupávamos uma espécie de fronteira entre os lugares de onde havíamos saído, onde tínhamos crescido e o lugar que agora era ocupado por nós. (COLLINS, 2016; HOOKS, 1995)

Para começo de conversa, ambas nos líamos e éramos lidas como mulheres negras (embranchadas em situações e relações específicas) e havíamos sido estudantes da rede pública de ensino a vida inteira. Além disso, chegamos à universidade sem sermos fluentes em inglês ou em outros idiomas, não tínhamos experiências de estudo fora do país e, a princípio, estávamos repletas de dificuldades para manejar todos os códigos que compunham a trajetória universitária. Se, em nossas graduações, conseguimos passar por esse processo de forma mais invisível, sem nos posicionarmos muito ou pouco conversarmos com nossos docentes, no mestrado essa invisibilidade se reduzia, porque a quantidade de estudantes em sala de aula era menor e o tipo de interação entre colegas/professores também se tornava mais próximo. No que diz respeito ao período do doutorado, essas questões eram ainda mais explícitas, o que nos fazia sempre falar da necessidade de nos aproximarmos de pessoas que tivessem também trajetórias semelhantes às nossas. Ou, mais que isso, de tentarmos, em alguma medida, levar os temas que estudávamos para fora das instituições estaduais paulistas, ambientes nos quais circulávamos com mais frequência.

É importante sublinhar que nossos temas de pesquisa se concentravam em temáticas relacionadas ao campo de estudo dos marcadores sociais da diferença, isto é, pensávamos sobre a intersecção que havia entre questões sociais que se alinhavam com raça, gênero, sexualidade e



classe social. (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002; MCCLINTOCK, 2010; SAGGESE et al., 2018;) Enquanto uma de nós se direcionava mais propriamente às questões raciais e de gênero (SOUSA, 2019; SOUSA, 2016a; SOUSA, 2016b; SOUSA & RAMOS, 2018), a outra se concentrava em pensar, de um lado, as articulações possíveis entre formas de violência e masculinidades e, de outro, em possibilidades de transformação (OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2015;). Em outros termos, a última construiu seu percurso de pesquisa nos últimos oito anos refletindo sobre quem eram os homens de quem tanto se falava a respeito nos espaços de estudos de gênero e feministas, mas sobre os quais não se apresentavam muitas pesquisas em profundidade, tomando-os como foco de problematização. Esses campos que, a princípio, pareciam conectados apenas indiretamente, passaram aos poucos a se relacionar de forma mais direta. Primeiro, porque era impossível falar sobre masculinidades ou sobre gênero sem levar em consideração as questões raciais e, segundo, porque os estudos raciais também passaram a se conectar com questões relacionadas às diversas produções de masculinidades e feminilidades. Estávamos, portanto, alinhadas não só por nossas trajetórias, mas também por nossas temáticas de pesquisa.

A combinação entre nossas áreas de pesquisa de forma mais direta e os processos que vivíamos ao nos tornarmos pesquisadoras negras, em espaços ainda pouco habitados por aqueles que podem ser pensados como nossos pares, era o que nos motivava a buscar outros espaços de produção de conhecimento, convívio e comunicação. É aqui que o curso Introdução aos Estudos de Masculinidades se encaixa, ou seja, este é o pano de fundo que trouxe à tona o curso que será aqui abordado e descrito. É importante frisar ainda que, se nossas perspectivas alinhavam nossos locais no mundo, isto é, nossos lugares na produção de uma ciência social crítica, isso ocorria também em um posicionamento mais específico no campo dos estudos de gênero. Mais do que estarmos no campo de estudos dos marcadores sociais da diferença, reconhecíamos-nos e nos reconhecemos como parte produtiva de um ponto de vista feminista crítico negro e interseccional. A possibilidade de pensarmos a produção dos estudos sobre masculinidades, desse modo, só seria possível se estivéssemos em diálogo com as produções de outras feministas negras e interseccionais e de bibliografias que questionam o lugar e as perspectivas dos sujeitos que produzem o conhecimento. É, portanto, a partir desse ponto de vista que escrevemos este texto, assim como é a partir desse ponto de vista que nossos cursos foram lecionados até aqui.

Dito isso, podemos retomar os comentários iniciais sobre o curso que abriram o artigo. Como podemos observar a partir do primeiro comentário, desde o início, quando ainda



estávamos divulgando o curso, havia certo burburinho nas redes sociais sobre sermos duas mulheres ministrando um curso que refletiria sobre os estudos de masculinidades. O primeiro questionamento era: duas mulheres têm ‘lugar de fala’ para falar sobre isso? Nos comentários seguintes, quando o curso já estava finalizando, notamos a tendência de dois estudantes de entenderem que, por sermos duas mulheres, necessariamente iríamos “tirar o couro” deles ou que os provocaríamos trazendo para o ambiente da sala de aula situações conflituosas. Por outro lado, contrariando os três outros comentários, há uma estudante que já havia feito nossos cursos anteriormente e se surpreendeu pela presença dos homens. Diante do fato de já ter algum contato com os estudos sobre gênero, a partir da perspectiva feminista crítica negra interseccional, ela não tinha a expectativa de que ali haveria um curso para falar tão somente sobre homens. Ela nem ao menos cogitava que eles fossem a maioria na sala de aula – o que de fato foram. É interessante ainda perceber a desconfiança do outro estudante que, apesar de também ser homem, compreendia que os outros homens estavam ali apenas para saber o que duas mulheres fariam sobre eles.

Ainda que os comentários possam parecer muito distintos quando comparados uns aos outros, é curioso observar que todos eles se conectam e trazem um desenho do que foi o curso, ou seja, de como ele foi pensado, quais eram as desconfianças e as possibilidades que ele trazia no momento em que os estudantes se matricularam e quando o concebemos. Diante disso, podemos questionar: afinal, falar de masculinidades é falar sobre homens? Ou tão somente sobre homens? Duas mulheres podem tratar sobre esse tema? O que levava aqueles homens a ocupar todas as noites de uma semana de suas férias de verão com aquelas discussões? Era apenas a desconfiança do que supostamente estávamos falando sobre eles? E as mulheres, o que faziam ali?

Para tentarmos responder a essas perguntas, ou ao menos tentar enumerar importantes elementos que dialoguem com elas, traçaremos uma descrição do curso, falando sobre quem eram os estudantes que nos acompanharam, quais eram as características dos homens e das mulheres que estavam ali. Em seguida, traremos brevemente uma revisão bibliográfica, com o intuito de detalhar nossas escolhas de autores e autoras para trabalhar a multiplicidade em torno dos estudos sobre masculinidades. A partir dessa revisão, refletiremos como a roda de conversa, na qual os comentários expostos foram realizados, foi pensada e como esse momento foi importante para estreitarmos laços com as(os) estudantes, permitindo-nos identificar o que os havia levado até ali. Por fim, traremos algumas considerações que buscarão costurar os pontos elencados desde a introdução do artigo até os apontamentos da roda de conversa.



1. A sala de aula como comunidade

“Boa noite, pessoal! Vamos organizar a sala em roda?”. Esta foi a primeira interação que tivemos com as(os) educandos na sala de aula. Com a movimentação dos corpos e o ranger das cadeiras no chão, aos poucos notávamos a diversidade que compunha a turma e comporia nossos encontros. Eram 22 matriculados(as) no curso: dezesseis homens e seis mulheres. Como dito anteriormente, era a primeira vez que um curso ministrado por nós era composto por uma maioria de homens. As(os) estudantes tinham formações profissionais diversas. Havia atores, dramaturgos, professores universitários e da educação básica, assistentes sociais, psicólogos, advogados, educador físico, estudantes de mestrado, de doutorado e de graduação, designers, publicitários, e assim por diante. No que diz respeito à composição racial da turma, a maioria era de estudantes brancos e brancas, em proporção semelhante à diferença entre homens e mulheres – essa também era a primeira vez que pessoas brancas eram maioria em um curso ministrado por nós. Suas idades variavam dos 20 e poucos até os 45 anos. E, desde o momento da apresentação, havia tanto estudantes que se posicionavam como gays ou como heterossexuais, até aqueles que não mencionaram em nenhum momento a própria orientação sexual.

A opção por iniciar a aula pedindo que eles e elas se organizassem em roda foi nossa, inspiradas por bell Hooks (2017), de que a sala de aula se constituísse a partir da construção de uma espécie de comunidade. Era, no mínimo, preciso que conseguíssemos nos olhar nos olhos e que as(os) educandos também fizessem o movimento de conhecer, dentro do que quinze horas de curso permitiria, uns aos outros. Isso porque temos percebido que falar sobre masculinidades, feminilidades, raça e sexualidade traz impactos muito diretos no modo como as pessoas se pensam e pensam o seu entorno. Era preciso, portanto, que houvesse a produção de uma esfera de confiança e, mais que isso, do reconhecimento de que os debates ali suscitados só seriam produtivos caso nos dispuséssemos a permitir que os conhecimentos trazidos à tona nos afetassem e afetassem os que ali estavam dividindo aquele espaço.

Nesse sentido, a primeira atitude que tomamos foi a de nos apresentar em termos semelhantes ao que fizemos neste artigo, ou seja, explicamos primeiramente porque estávamos ali e qual era nossa relação política e acadêmica com o tema. Enfatizamos, assim, que não só éramos pesquisadoras que produziam suas análises a partir de autoras e autores que se tornaram amplamente reconhecidos, mas que buscávamos também o diálogo com autorias que não partilhavam da mesma visibilidade. Nossa intenção era, portanto, não apenas “transferir”



conhecimento ou contar sobre nossas pesquisas, mas tentar auxiliar os(as) cursantes a produzirem outro olhar. Tratava-se de possibilitar que os(as) estudantes passassem a perceber homens e mulheres – ou masculinidades e feminilidades – a partir do lugar da multiplicidade. Tal compreensão só seria possível na medida em que entendessem a maneira pela qual se manifestam diferentes marcadores sociais da diferença, não apenas o gênero, em meio a relações de poder que são tanto complexas quanto contingentes. Nesse contexto, entre os desafios do curso, um dos principais fora antecipado ainda em sua concepção: como desmanchar noções reificadas de homem, masculino e masculinidades, e propor uma análise do caráter múltiplo das masculinidades em tão pouco tempo?

Essa apresentação, entretanto, só foi feita após cada um deles se apresentar, falar o que os levava até ali e como haviam tomado conhecimento do curso. Curiosamente, a maior parte deles soube do curso a partir de anúncios publicitários em redes sociais, como o Instagram, ou por terem sido estudantes da instituição anteriormente. Muitos estavam ali porque tinham interesse nas temáticas de gênero, mas principalmente no debate que tem cada vez mais repercutido nas redes sociais e na mídia sobre o que é chamado de “masculinidade tóxica”. Era curioso observar que o grau de envolvimento com as temáticas de gênero diferia entre eles. Podíamos notar que alguns(mas) estudantes dialogavam com os estudos de masculinidades ou tinham esse tema como foco em suas pesquisas de mestrado e doutorado, mas apresentavam dificuldade em encontrar interlocução na academia, tanto pela ausência de disciplinas ou cursos sobre o tema quanto pelo número restrito de orientadoras/es trabalhando com o assunto. Havia também uma educanda e um educando que fizeram cursos conosco anteriormente e buscavam se aprofundar nos debates de gênero e raça com os quais haviam entrado em contato. É importante apontar que ambos são estudantes negros e que sempre trazem apontamentos, seja em sala de aula ou em conversas privadas, sobre a necessidade de pensar gênero articulado à raça.

Havia também pessoas que se matricularam porque se interessavam pela temática da masculinidade e gostariam de saber se havia a possibilidade de falar sobre o tema sem necessariamente entrar em conflitos que colocavam os homens como exclusivamente culpados pelas tragédias que acometiam a vida das mulheres. Eles eram homens que tinham dificuldades de se perceber como “inimigos” das mulheres ou como “algozes” em potencial. Dois deles estavam lá, inclusive, porque suas parceiras afetivas haviam pedido que fizessem o curso para que pudessem se repensar na companhia de outras pessoas. No que diz respeito aos estudantes que se colocavam como gays, o curso era uma oportunidade, de acordo com eles, de alargar o



entendimento do que era ser homem ou do que era a masculinidade. No caso das mulheres, havia, principalmente, questões profissionais que as levavam até ali. Elas eram normalmente educadoras, assistentes sociais ou trabalhavam em órgãos do poder público. Geralmente seus trabalhos se dirigiam a homens ou garotos que passavam por sistemas ligados à justiça.

As necessidades e curiosidades apontadas pelas(os) estudantes nos fizeram explicar pela primeira vez que, ao falarmos de masculinidades, não estávamos falando apenas de homens. Desde o primeiro momento, buscamos, apoiadas em teóricas como Scott (1995) e Butler (2003), pensar feminilidades e masculinidades como territórios nos quais todos circulam, bem como elementos forjados sempre em relação. Nesse sentido, o primeiro ponto que frisamos em aula foi que não existiam pessoas completamente femininas ou completamente masculinas. Era impossível, do nosso ponto de vista, falar em homens sem falar de mulheres, falar de mulheres sem falar em homens e, mais que isso, pensar masculinidades como sinônimo de homens e feminilidades como sinônimo de mulheres.

Dito isso, demos o primeiro passo para nos contrapormos às questões relacionadas ao comentário que colocava em xeque a possibilidade de duas mulheres ministrarem aquele curso. Como apontamento inicial, o primeiro argumento que trouxemos foi de que, naquele espaço, assim como duas mulheres estavam falando sobre masculinidades – que, como dito anteriormente, não é sinônimo de homens, ainda que o termo costume ser socialmente atribuído aos homens –, os homens também poderiam falar de feminilidades. A questão residia em pensar as localizações do sujeito que enuncia e a intencionalidade dos enunciados. No caso, éramos duas mulheres feministas, com uma diversidade de experiências pessoais e afetivas com homens, entre familiares e parceiros, e com acúmulo de estudo e pesquisa no campo de estudos de gênero e masculinidades, cujo objetivo era ampliar a produção de conhecimento nas mesmas áreas. Assim, não falávamos de qualquer lugar e fazíamos questão de evidenciar nossa localização. Um homem, por sua vez, poderia falar sobre feminilidades, mas isso poderia ocorrer a partir do lugar de um especialista que dialoga e reflete sobre questões de gênero, sem calar outras vozes, ou, ainda, poderia ocorrer a partir da perspectiva de alguém que equivocadamente iguala machismo e feminismo como pares de opostos. Ambos poderiam ser homens, mas não partiriam do mesmo lugar. Além disso, poderiam ser brancos ou negros, cis ou trans, heterossexuais ou homossexuais, o que alteraria as relações que manteriam com as mulheres e as negociações que fariam com o feminino e as feminilidades.



O apontamento indicado não ignora, portanto, os debates contemporâneos sobre lugar de fala (RIBEIRO, 2017), protagonismo e importância de representatividade. (HOOKS, 2019) Longe disso, o que tentávamos fazer era trabalhar com essas categorias tendo o cuidado de não esvaziá-las. Defendemos que é crucial que nos localizemos como sujeitos ao produzirmos conhecimento (HARAWAY, 1995), mas que é igualmente necessário que evitemos a abordagem segundo a qual são produzidos medos em torno da participação no debate por não ocupar um “lugar de fala” correto e autorizado. Tal abordagem acaba por produzir isolamentos e essencialismos ao se apoiar na ideia de que alguns não podem falar, quando, na verdade, o que o lugar de fala pretende promover é a diversificação e multiplicação das vozes, em debates que interpelam a todos(as). Queremos dizer com isso que um dos passos mais importantes que precisamos dar ao começar o curso era desfazer a sensação de que não se podia falar sobre determinados assuntos caso você não fosse uma pessoa com características específicas. Mas mais do que falar, neste e em outros cursos, buscamos apresentar às(aos) estudantes a necessidade de encontrar também um “lugar de escuta”, acreditando que muitas(os) de nós nem sequer o conhecemos.

Ao mesmo tempo em que deixávamos claro que ali podíamos falar (e escutar), tirar dúvidas, construir os questionamentos que quiséssemos, também tínhamos de desfazer um nó que parecia confundir parte do que se colocava. Não raro, alguns estudantes começavam suas falas deixando claro que não consideravam seus sofrimentos individuais tão relevantes quanto o sofrimento de “mulheres, negros, LGBTs etc.”, mas que também tinham reflexões ou angústias que gostariam de trazer à tona. Observávamos, portanto, um movimento de autoflagelo ou de desqualificação do que algumas pessoas na turma sentiam. Só aos poucos conseguimos construir a perspectiva de que esses posicionamentos não eram produtivos, que muito mais produtivo seria que soubéssemos compreender e falar do local que ocupávamos socialmente. Que não era preciso ser mulher para falar sobre pautas feministas ou ser negro para falar de pautas antirracistas, que podíamos fazer isso do local que ocupávamos. O curso tomava assim uma tônica bastante política e dialógica que se acrescia a partir dos debates que foram suscitados pelas bibliografias escolhidas.

2. Homens, mulheres, cissexuais, transexuais, brancos e negros: as escolhas bibliográficas

Em nossa trajetória docente e ao longo dos cursos que propusemos em diferentes espaços, uma preocupação permanente cercava a escolha das autoras e autores com os quais



trabalharíamos em nossas aulas. Nas primeiras experiências, introduzindo discussões sobre relações de gênero e feminismos, circulávamos entre autoras que eram, em sua maioria, mulheres, brancas, cisgêneros e estadunidenses. Posteriormente, propondo um encontro entre uma reflexão sobre racismos e processos de subjetivação, tendo como fio condutor textos de teóricas para as quais a questão da interseccionalidade se apresentava como central, trabalhamos com autoras e autores negros, mas sobretudo estrangeiras, provenientes dos Estados Unidos. Assim, elas permaneciam atreladas a um norte global do conhecimento (mesmo que tensionando com ele). Nossa vontade era, então, ler nossas autoras: brasileiras, nordestinas, negras, trans, sem herança.

Ironicamente, foi a partir de um curso sobre masculinidades que apresentamos uma bibliografia composta por um escopo diverso de autoras/es: homens e mulheres, cis e trans, brasileiros e estrangeiros, de diferentes estados do país. Na busca por oferecer um panorama sobre as reflexões em torno das masculinidades, pensando principalmente o debate brasileiro, partimos de um breve histórico sobre os movimentos feministas e sua relação de mútua constituição com os estudos de mulheres e, posteriormente, com os estudos de gênero. Em nossa análise, bem como de outras autoras, somente a partir do movimento de desnaturalização promovido pelos estudos de mulheres e de gênero foi possível, mesmo que tardiamente, iniciar uma problematização dos processos de constituição de homens e masculinidades. Mesmo que determinadas análises já indicassem a dimensão relacional das questões de gênero, foi somente três décadas depois da célebre frase da filósofa Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher; torna-se”, que a mesma perspectiva foi assumida para os homens.

Para recontar o percurso e as questões trazidas pelo surgimento de um campo de estudos sobre masculinidades, optamos por uma abordagem balizada pela questão da interseccionalidade, de modo a evidenciar o caráter múltiplo das masculinidades e a necessidade de pensá-las no plural. Tal perspectiva deveria demonstrar as diferenças entre os próprios homens e os modelos de masculinidade adotados, bem como apontar para a existência de um regime hierárquico entre eles. Nesse sentido, buscamos trazer, a partir de exemplos práticos e das próprias experiências dos sujeitos em sala de aula, o modo pelo qual o gênero – e aqui as masculinidades – são forjadas em relação com outros marcadores sociais de diferença, tais como cor/raça, classe, sexualidade, escolaridade e religião. Assim, ao passo em que íamos construindo e refinando um debate sobre as masculinidades, percebemos que falávamos não sobre homens (e também mulheres), mas sobre homens negros, brancos, ricos, pobres, heterossexuais, homossexuais e assim por diante. Nesse contexto, tratava-se de compreender, por exemplo, masculinidades



racializadas e sexualizadas que nunca existiam sozinhas, mas sempre em relação a outros sujeitos localizados no interior de regimes de poder.

Por meio dos três módulos propostos pelo curso, a saber: 1. Introdução aos estudos de gênero e masculinidades; 2. Os estudos de masculinidades no Brasil; e 3. Para além das masculinidades hegemônicas, percorremos com os estudantes uma bibliografia fortemente baseada em pesquisa e militância dentro dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Este debate se distinguia em muito da bagagem com a qual muitos dos estudantes chegaram ao curso, conhecendo a discussão apenas a partir da atenção pública que as masculinidades vêm ganhando por meio de rodas de conversa, documentários e campanhas de combate ao que tem se convencionado chamar de ‘masculinidade tóxica’ Poucos eram aqueles que conheciam as autoras e os autores com quem nos propusemos a conversar e os conceitos por eles propostos.

Além disso, trabalhamos não apenas com bibliografias do campo científico, mas com referências que vinham da literatura e do cinema. A cada aula, comentamos sobre uma obra que havíamos lido, entre livros de ficção e HQs, e convidamos os estudantes a partilharem também suas próprias indicações. No final das noites, apresentamos alguns *trailers* de filmes condizentes com discussões que tocavam as masculinidades e as relações de gênero. Nesse sentido, citamos os filmes *Meninos não choram* (1999), de Kimberly Peirce; *Billy Elliot* (2000), de Stephen Daldry; *Tomboy* (2011), de Céline Sciamma; *Laurence anyways* (2012), de Xavier Dolan; *Pelo malo* (2013), de Mariana Rondón; *Boi neon* (2015), de Gabriel Mascaro; *Moonlight* (2016), de Barry Jenkins; *Eu não sou um homem fácil* (2018), de Eléonore Pourriat; *Sócrates* (2018), de Alex Moratto; *Port Authority* (2019), de Danielle Lessovitz; e *Olhos que condenam* (2019), de Ava Duvernay.

A utilização da referência a filmes e livros de ficção cumpria com o papel de materializar reflexões do campo científico que poderiam parecer muito abstratas e distantes quando colocadas apenas em termos conceituais. Era o caso, por exemplo, da noção de interseccionalidade mencionada à exaustão durante nossos encontros e exemplificada com alguma clareza quando mostramos películas, como a brasileiro *Sócrates*, por meio do qual fica evidente que não se trata apenas de ser homem. As questões trazidas pelo filme demonstram que ser homem é apenas uma das dimensões colocadas pela experiência da masculinidade em um país como o Brasil. Os territórios de vulnerabilidade negociados pelo jovem Sócrates no filme se relacionam ainda à raça, classe e sexualidade, distanciando-nos de abordagens que focam os ‘privilégios’ da



masculinidade, pensados a partir de uma universalidade inexistente. Com Sócrates e outros personagens retratados em filmes e livros, percebemos a teia complexa que compõe as relações de poder enfrentadas pelos indivíduos, com seus privilégios e prejuízos, e que as pesquisas, a partir da década de 1980, tentarão compreender no campo de estudos de masculinidades.

A partir da bibliografia do curso, principalmente com os textos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, a questão era tornar claro como a criação de um campo de estudos sobre homens e masculinidades no Brasil respondia às aproximações com pesquisas e reflexões provenientes do campo de estudos de gênero e feministas, declaradamente produzidos até então por mulheres. Também era e continua sendo marcado por um duplo lugar de pertencimento de seus autores e autoras, que frequentemente são, ao mesmo tempo, professores e estudantes em programas de pós-graduação e integrantes de organizações não governamentais dedicadas ao trabalho com homens e masculinidades. Tais entidades se organizaram ao longo dos anos em torno de temáticas como a violência contra a mulher, paternidade, direitos sexuais e reprodutivos e juventude. Contribuíram para ampliar uma noção que até então pensava o homem apenas como um perpetrador da violência, sobretudo contra as mulheres. Tal ampliação nos levou a refletir não só sobre a maneira pela qual os homens são criados para protagonizar violências contra mulheres, mas também as relações entre masculinidade e violência urbana, de homens contra outros homens, por exemplo. Nesse sentido, estudos e propostas de intervenção passaram a olhar as estatísticas, suas relações com os modelos de masculinidade e os impactos sobre a experiência dos homens, vistos não só como principais autores em casos de violência contra a mulher, violência sexual e assédio, mas também como vítimas da violência urbana, do encarceramento, da evasão escolar, do alcoolismo, do suicídio e de outros tantos fenômenos.

No lugar de pensar apenas a ‘crise do masculino’, que subsidiou inúmeras publicações na literatura de autoajuda, estudos passaram a interrogar homens e masculinidades como fenômenos sociais complexos. Recentemente, com o crescimento dos debates sobre interseccionalidades, ganham espaço na literatura científica e no debate público questionamentos relacionados a masculinidades não hegemônicas, entre as quais podemos elencar as masculinidades negras e as transmasculinidades.

Porém, antes de alcançar os questionamentos mais recentes, é importante reconhecer a importância de algumas produções para a constituição do campo de estudos sobre



masculinidades, entre os quais se destaca o trabalho da socióloga australiana Raewyn Connell. A autora e seus colaboradores foram responsáveis por elaborar um dos conceitos mais citados em estudos sobre masculinidades desde sua formulação na década de 1980: o conceito de ‘masculinidade hegemônica’. Segundo os autores, a masculinidade hegemônica seria entendida como um padrão de práticas que possibilita a dominação dos homens sobre as mulheres. Não são apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade, mas práticas, coisas realizadas cotidianamente. A masculinidade hegemônica, na concepção de Connell e Messerschmidt (2013), não se apresenta como norma em um sentido estatístico. Segundo eles, apenas uma parcela mínima dos homens talvez a adote. Sua importância reside em seu caráter normativo, isto é, ao incorporar a forma ‘mais honrada’ de ser homem, exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela, legitimando um lugar subordinado às mulheres e aos homens que mais se afastem dela. Os autores defendem que homens que recebem os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão fiel da dominação masculina ocupam um lugar de cumplicidade, no qual a hegemonia se concretiza. Eles explicam, sob a inspiração do filósofo italiano Antonio Gramsci, que tal hegemonia não implica necessariamente em violência, apesar de poder ser assegurada pela força. Antes, ela se faz a partir da persuasão, da cultura e da ação das instituições. A elaboração do conceito de masculinidade hegemônica na década de 1980 repercutiu em estudos em diversos países nas décadas seguintes, a partir de autores como o antropólogo português Miguel Vale de Almeida (1996, 2005), e impactou também produções brasileiras. Karla Adrião (2005) recupera a constituição do campo no Brasil e indica as relações mantidas com as primeiras reflexões de Connell, assim como as ampliações realizadas em nosso país, principalmente a partir do final da década de 1990 e do começo dos anos 2000.

No Brasil, destacam-se as produções dos psicólogos Benedito Medrado e Jorge Lyra, também cofundadores do Instituto Papai, organização não governamental sediada em Recife (PE), bem como uma série de trabalhos realizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e Santa Catarina, pela presença estratégica de núcleos de pesquisa e entidades vinculadas à temática das masculinidades, sobretudo no campo da saúde.

Quando o assunto cruza (e evoca tensionamentos) com a questão racial, é possível afirmar que um dos teóricos pioneiros a tratar do tema é o antropólogo Osmundo Pinho, hoje professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Ao lado de uma jovem geração de estudiosos das masculinidades negras, Pinho (2019) contribui com a recente publicação *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*, organizada por Henrique Restier e Rolf



Malungo de Souza, e na qual também se encontram expressões de nomes como o de Deivison Mendes Faustino e Alan A. M. Ribeiro. Em grande parte dessas produções, os autores nos provocam a pensar o lugar diferenciado do homem negro, que, para alguns, influenciados pelo psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon, “não é um homem”.

Por fim, tensionando com as masculinidades hegemônicas e construindo-se em uma negociação com estas, as transmasculinidades têm mobilizado pesquisadores e pesquisadoras a pensar sobre experiências identitárias que demandam o reconhecimento no campo das masculinidades e conflitam diretamente com as normas de gênero. O pesquisador Guilherme Almeida (2012) se constitui como uma das referências nesse campo, também pelas reflexões de Simone Ávila, Miriam Grossi e pelos recentes trabalhos de Camilo Braz, Cleiton Vieira, Rozeli Porto, Fátima Lima e Kathleen Cruz.

3. Estabelecer relações por meio da escrita

Como esperado, a semana em que se realizou o curso passou ‘voando’. No último encontro, em uma sexta-feira do mês de janeiro, sentamo-nos novamente em círculo. Após um primeiro momento de balanço do curso, no qual ouvimos as opiniões de cada estudante sobre as aulas e como haviam sido afetados, também expusemos nossas impressões sobre a experiência e as frustrações com as quais chegamos ao último encontro. Estávamos satisfeitas com o que havia sido construído coletivamente, sem dúvida de que os sujeitos que ali estiveram saíam daquela semana com novas questões, mas sabíamos que quinze horas eram muito pouco para uma discussão tão ampla e com tantas ramificações. Prometemos, então, um segundo módulo, no qual seriam aprofundadas as questões ali tratadas, mas propusemos para o último encontro também um exercício de escrita no qual pudéssemos sentir a absorção das(os) estudantes sobre o que havíamos discutido naquela semana.

Como era habitual em nossos cursos, a última atividade não era proposta apenas para as(os) estudantes. Somamo-nos a elas(es) para escrever, em quinze minutos, um texto retratando a problemática das masculinidades e as questões que elas traziam a partir do cotidiano das/os estudantes. O texto poderia ser em primeira pessoa ou não, fictício ou verídico, em forma de prosa ou mesmo poesia. Como também havia artistas na turma, alguns ousaram na forma e nos trouxeram performances, colagens e fotografias. No caso dos textos, a ideia era que fossem curtos para aquelas(es) que se sentissem vontade de ler durante a aula, fomentando ainda uma discussão entre a turma.



Após quinze minutos, os estudantes terminaram os exercícios sob protesto. Para alguns – talvez para a maioria – a escrita e, em específico, aquele tipo de escrita se apresentavam como desafio. Muitos deles escolheram tratar do assunto de um ponto de vista íntimo, pensando como a masculinidade os atravessava ou marcava suas relações. Os estudantes compartilharam conosco a dificuldade de enunciar problemas e sofrimentos, os silêncios quanto a determinados assuntos entre pares e figuras paternas, a perda de sujeitos, os embates a sexualidade e as negociações com as pressões sociais. Nesse sentido, um dos estudantes trouxe sua relação com a paternidade, afirmando ter participação ativa na criação de sua filha, indo a reuniões e confraternizações escolares sozinho e, por isso, às vezes é interpretado como ‘viúvo’. Afinal, por que outra razão um homem/pai estaria ali senão porque não havia uma mulher/mãe? Ele também relatou, curiosamente, como um amigo afirmou estar decepcionado com ele por estar fazendo um curso sobre masculinidades, o que nos fez questionar o próprio imaginário do amigo sobre o assunto.

Em nossos textos, uma de nós refletiu sobre masculinidades, paternidade, sofrimento e a expressão de sentimentos a partir da figura do pai e do avô, enquanto a outra trouxe como exemplo a própria cadela – frequentemente confundida com um cachorro macho por usar adereços azuis e urinar de diferentes formas – para nos provocar sobre como até mesmo animais não humanos são interpretados a partir de expectativas de gênero normativas relacionadas a elementos aleatórios, como cores e técnicas corporais.

Uma de nossas estudantes ainda produziu uma colagem a partir do personagem Diadorim, de *Grande Sertão: Veredas*, do mineiro João Guimarães Rosa, enquanto outro estudante trouxe fotografias de um estudo sobre um aplicativo de ‘pegação’, no qual homens buscam sexo muitas vezes a partir de descrições norteadas por representações e expectativas de gênero que enaltecem o masculino em detrimento do feminino.

Por fim, um dos estudantes, que também desenvolve pesquisa no campo das artes, nos relatou uma performance com a qual estava trabalhando, partindo da ideia de se sentar em um espaço público, uma praça ou outra coisa do tipo, com um caixa térmica repleta de cervejas e um cartaz no qual se lia “*Quando você foi homem? Troco uma breja pro seu relato*”. Limitamo-nos a mencionar sua existência para que ele mesmo possa publicar ou encenar seus achados nos próximos anos.

Em linhas gerais, estudantes trouxeram reflexões sobre temas com os quais trabalhavam em pesquisa, relatos pessoais, textos ficcionais ou versões romantizadas da realidade e



comentários sobre o cotidiano que causavam riso, indignação, surpresa, tristeza e também palmas dos demais colegas. Foi possível identificar que todas(os) ali percebiam como as discussões mantidas ao longo das aulas, facilitadas por pesquisas, elaborações conceituais, filmes e livros se aproximavam de questões e problemas da vida cotidiana, vivenciadas em primeira pessoa, mas também tomadas por pesquisadoras e pesquisadores, artistas e cronistas como fenômenos sociais a serem interpelados.

4. Algumas considerações

A reflexão sobre homens e masculinidades nos ofereceu a oportunidade de demonstrar como um olhar sobre os marcadores sociais da diferença não implica em uma somatória de categorias de identificação, como gênero, cor, classe e sexualidade. Propusemos uma reflexão sobre a intersecção entre os marcadores, que estivesse atenta a alguns pressupostos, a saber:

1. a forma pela qual múltiplas diferenças e desigualdades se articulam;
2. como constituem construções local, histórica e culturalmente situadas;
3. o fato de que não são sistemas classificatórios com caráter meramente descritivo, mas que frequentemente produzem hierarquias e desigualdades;
4. e, por fim, que não são categorias com sentido e eficácia isoladamente, o que implica que é a própria conexão e relação entre as categorias que confere sentido a elas.

Desse modo, pensar em homens e masculinidades sempre envolve um percurso de questionamento que se inicia pelas perguntas: Que homem? Onde? Na relação com quem? Nesse sentido, a ideia de um homem universal se esvazia e passamos a compreender que, quando tratamos de masculinidades, estamos falando de algo que é múltiplo e que só faz sentido ao ser operado de maneira localizada na sua complexidade. Homens são sempre adjetivados, e suas experiências são sempre determinadas pelos cruzamentos com outras categorias. À vista disso, nossa sala de aula poderia ser composta por homens negros, homossexuais, jovens e também por brancos, heterossexuais, baixos, magros, com carreiras bem-sucedidas, o que os faria se aglutinar como grupo e se distanciar também. Homem sozinho não existia. Era uma abstração e uma impossibilidade. O movimento do curso era, em parte, mostrar como as estatísticas e as experiências estavam sempre a falar de interseccionalidades.



Em meio ao império de notícias e rodas de conversa focando e buscando combater as ‘masculinidades tóxicas’, o curso de Introdução aos Estudos de Masculinidades constituiu também a oportunidade de afastamento de abordagens que reificavam os homens no papel de algozes com um grau de ‘toxicidade’ quase natural. No lugar das discussões que intercalam a representação dos homens como ‘machistas assediadores’ ou como ‘vítimas do patriarcado’, com uma série de sofrimentos, nosso esforço foi o de andar algumas casas para trás e, em vez de realizar afirmações, levantar perguntas cujas respostas apontariam para caminhos nada simples. Nesse contexto, foi importante desfazer as noções de ‘autoflagelo’ que constantemente apareciam a partir das falas dos estudantes homens, bem como evidenciar que não se tratava, de outro modo, de acolhê-los. Nosso propósito era produzir compreensões sobre as teias de relações e os processos que nos produzem como sujeitos. No limite, trata-se de perceber que somos produtos, e não pontos de partida dos processos. Quando discutimos e elaboramos sobre masculinidades tóxicas, estamos elegendo a masculinidade como um problema em vez de pensar como normas de gênero produzem homens e mulheres (e também sujeitos que recusam tais nomenclaturas). A modificação das perguntas, além de recusar abordagens patologizantes e moralizantes, tende a tornar mais evidente que a disputa está no campo das normas e da prescrição de formas restritas de estar no mundo, organizadas de modo a afetar homens, mulheres e outros sujeitos, não raramente de maneiras negativas. O que aconteceria se gênero fosse potência criativa, e não limite? Alguns sujeitos já nos provocam há algumas décadas, senão séculos, quanto a isso.

Referências

- ADRIÃO, K. G. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 3, p. 9-20, 2005.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polen, 2019.
- ALMEIDA, G. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.
- ALMEIDA, M. V. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 95, p. 161-190, 1996.
- ALMEIDA, M. V. Masculinidade. In: MACEDO, A.; AMARAL, A. (org.). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento, 2005.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, b. Intelectuais negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, b. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

MCCLINTOCK, A. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas. Editora da Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, I. V. Gênero e escuta etnográfica: uma antropologia desestabilizada por suas próprias categorias de reflexão. In: SAGGESE, G. S. R. et al. (Org.). *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018, v. 1, p. 137-150.

_____. *'Homem é homem': narrativas sobre o gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, I.V. et al. *Tensões e Desafios na Intervenção com Homens Autuados pela Lei Maria da Penha: O Caso dos Grupos Reflexivos no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB), v. 1, p. 219-240, 2015.

PINHO, O. O corpo do homem negro e a guerra dos sexos no Brasil. In: RESTIER, H.; SOUZA, R. M. (org.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019. p. 105-131.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAGGESE, G. S. R. et al. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, F. K. M. Tornar-se sujeito na diferença: reflexões sobre questões raciais no ambiente escolar. In: KLEIN, A. M.; NIGRO, C. M. C.; GALINDO, M. A. . (Org.). *Interdisciplinaridade, interculturalidade e interseccionalidade: faces negras na escola*. 1ed. Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 85-95.

_____. 'A filha da Dona Lecy': estudo da trajetória de Leci Brandão. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016a. doi:10.11606/D.8.2017.tde-19012017-112637. Acesso em: 2020-06-25.

_____. 'Nesse meu Brasil todo mundo bate tambor': uma análise do show de 40 anos da carreira artístico-política de Leci Brandão. *Revista equatorial - revista dos alunos do programa de pós-graduação em antropologia social*, v. 3, p. 18-52, 2016b.

SOUZA, F. K. M.; RAMOS, I. N. Leci Brandão e Sharylaine: distanciamentos e aproximações entre trajetórias femininas no samba e no hip hop. In: Saggese, G. S. R. et al. (Org.). *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça, classe em perspectiva antropológica*. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2018, v.1, p. 77-96.

